

# Lira cria 'sala vip' na Câmara para liberar verbas do orçamento secreto

— Espaço comandado por assessora de deputado funciona em anexo; local tem intensa movimentação às vésperas de restrição de empenho de emendas em razão da lei eleitoral

ANDRÉ SHALDERS  
BRASÍLIA

Num corredor sem janelas de um prédio anexo da Câmara funciona o mais novo centro de peregrinações de deputados e assessores atraídos por verbas do orçamento secreto. O presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas-AL), abriu, no segundo pavimento, uma sala com equipe destinada a atender a pedidos de emendas voltadas a redutos eleitorais de parlamentares, especialmente da base aliada do Palácio do Planalto. O espaço é chefiado por uma assessora direta do político alagoano.

A “salinha do orçamento secreto” ocupa o número 135 da Ala B do Anexo II, também conhecido como “corredor das comissões”. É nesse prédio que funcionam as comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Orçamento e Direitos Humanos, entre outras.

A rotina no espaço foi agitada. Nas tardes de quarta e quinta-feira passadas, a reportagem registrou filas de pessoas à espera de atendimento. Antontem, o alto movimento contrastava com um Congresso às moscas. Deputados e assessores corriam para liberar as verbas antes do prazo da Lei das Eleições, que determina que os empenhos (autorizações para os pagamentos das verbas) devem ser suspensos a partir de hoje.

É consenso entre técnicos de órgãos de controle e especialistas em recursos públicos que o orçamento secreto, esquema revelado pelo *Estadão*, se constituiu numa modalidade de destinação de verbas sem critérios técnicos ou mesmo vínculos com políticas públicas. A liberação dos recursos não é igualitária entre parlamentares e prioriza interesses eleitorais da base do governo. Sem transparência, o dinheiro escapa de fiscalizações.

Embora o orçamento secreto esteja normalizado no Congresso a ponto de ter sala própria, a existência da emenda está longe de ser unanimidade: tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação que questiona o dispositivo.

**PODER.** O espaço evidencia o poder de Lira sobre a liberação



Sala 135, da Ala B, do Anexo II; atendimentos realizados na quarta e quinta agitam área conhecida como 'corredor das comissões'

## Oposição vai ao STF contra orçamento secreto impositivo

Um mandado de segurança ajuizado antontem no Supremo Tribunal Federal (STF) pede a suspensão de mecanismo que torna impositivas as emendas do relator-geral, as RP-9, base do orçamento secreto.

O dispositivo está previsto no relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2023 aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), na quarta-feira passada. A ação foi ingressada pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que é líder da Oposição no Senado, Alessandro Vieira (PSDB-SE) e os deputados Felipe

deste tipo de verba, que soma R\$ 16,5 bilhões em 2022. Formalmente destinados pelo relator do Orçamento, o deputado Hugo Legal (PSD-RJ), os recursos, na prática, são alocados a partir de uma negociação entre Leal, Lira e os líderes.

O guia de ramais da Câmara registra que há seis servidores da presidência da Casa despachando na “salinha do orçamento secreto”, descrita na pu-

Rigoní (União Brasil-ES) e Tabata Amaral (PSB-SP).

A execução das emendas de relator se tornará impositivas por meio de um dispositivo da LDO que obriga o governo a reservar recursos para o pagamento dessas emendas. Neste ano, foram aprovados R\$ 16,5 bilhões em emendas de relator-geral – R\$ 5,8 bilhões já foram empenhados. Para 2023, o valor deve atingir R\$ 19 bilhões.

Ao impor as emendas RP-9, o Congresso ganha mais poder sobre o Orçamento. Como mostrou o *Estadão*, a medida teve apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), com o objetivo de manter controle sobre os recursos independentemente de quem vencer a eleição presidencial. ● ZIAEL PEREIRA

blicação como “assessoria do presidente”. Uma delas é Mariângela Fialek, conhecida entre os deputados pelo apelido de Tuca e considerada uma espécie de “gerente” do orçamento secreto.

“Tem 20 pessoas na minha frente, inclusive oito deputados”, dizia ao telefone uma assessora parlamentar antontem – o deputado para quem ela trabalhava precisou trocar

o município beneficiado em uma de suas emendas. Naquele momento, eram sete assessores na fila na frente da porta da sala, e mais cinco sentados nas cadeiras da “recepção” da sala. Alguns deputados também foram diretamente ao local – eles têm prioridade em relação a assessores.

**'PERÍODO ELEITORAL'.** Antontem, a reportagem do *Estadão* encontrou na sala os deputados Ottaci Nascimento (Solidariedade-RR) e Nelho Bezerra (União Brasil-CE). “Na verdade, é por causa do período eleitoral (*avista à sala 135*). Estamos correndo para entrar na campanha com tudo resolvido”, disse Ottaci à reportagem. Em maio passado, ele foi declarado inelegível pela Justiça Eleitoral por distribuir cestas básicas antes da disputa pela prefeitura de Boa Vista. A defesa do deputado recorreu e alegou se tratar de uma ação destinada a ajudar pessoas atingidas pela pandemia.

Já Nelho Bezerra destinou emendas para ações de cirurgias de catarata e compra de ambulâncias. Ele ressaltou que os municípios de sua base eleitoral, no interior do Ceará, não têm hospitais – por isso a opção pelas ambulâncias. “Porque, pelo menos assim, as pessoas podem ser socorridas pa-

ra receber atendimento”, disse o deputado.

**ESTRATÉGIA.** A “salinha” começou a funcionar em abril, mas o movimento se intensificou nos últimos dias. Como mostrou o *Estadão*, a liberação de recursos do orçamento secreto foi acelerada após a operação da Polícia Federal que prendeu o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro. Só nos dias 23 e 24 de junho, que se seguiram à prisão, foram liberados R\$ 3,2 bilhões.

“O desespero eleitoral leva ao desatino fiscal. As emendas de relator fazem parte do valedo eleitoral. Se as emendas de relator continuarem a ser liberadas da forma com que são executadas no período pré-eleitoral, teremos as eleições mais injustas de toda a história”, disse o economista Gil Castello Branco, fundador da Contas Abertas.

Procurado, Arthur Lira não respondeu. Hugo Leal também não atendeu às tentativas de contato da reportagem. O *Estadão* também procurou o relator da PEC no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), mas ele não respondeu à reportagem. ●



NA WEB  
Veja o 'sala secreta' de  
Arthur Lira  
www.estado.com.br

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 9